



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Benedita da Silva

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.563, DE 2020

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir o atendimento humanizado e acessível para pessoas com deficiência nas ações para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da COVID-19.

Autora: Deputada MARIA ROSAS

Relatora: Deputada BENEDITA DA SILVA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.563, de 2020, tem como objetivo alterar a Lei nº 13.979, de 2020, para incluir o atendimento humanizado e acessível para pessoas com deficiência nas ações para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da Covid-19.

Este PL, que tramita em regime de prioridade e está sujeito à apreciação conclusiva, foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e de Seguridade Social e Família (CSSF), para análise do seu mérito; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para apreciação da sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Na CPD, o PL nº 3.563, de 2020, recebeu parecer pela aprovação.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PL na presente Comissão.





É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família a apreciação do Projeto de Lei nº 3.563, de 2020, quanto ao mérito, no que tange a questões referentes ao seu campo temático e às suas áreas de atividade, nos termos regimentais.

Informamos que o enfoque da CSSF, neste caso, é a contribuição deste PL para a Saúde Pública. As questões relacionadas à defesa dos direitos das pessoas com deficiência já foram apreciadas pela CPD, e a constitucionalidade e a juridicidade da matéria serão examinadas pela CCJC.

A Nobre Deputada Maria Rosas, ao apresentar o Projeto de Lei sobre o qual nos debruçamos, teve como objetivo modificar a Lei nº 13.979, de 2020, para incluir o atendimento humanizado e acessível para pessoas com deficiência nas ações para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da Covid-19.

Acessibilidade, de acordo com o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência¹, é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. O Estatuto ainda estabelece que as pessoas com deficiência devem receber informação adequada e acessível sobre sua condição de saúde, e que os espaços dos serviços de saúde necessariamente devem assegurar o seu acesso, respeitadas as suas especificidades.

A Pandemia da Covid-19 representou um grande desafio para os serviços de saúde de todo o mundo. Eles tiveram de se adaptar em tempo recorde, para atenderem as demandas desta doença nova, de que pouco se

1 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Benedita da Silva

Apresentação: 05/08/2022 11:29 - CSSF
PRL 1 CSSF => PL 3563/2020

PRL n.1

tinha conhecimento. No entanto, evidenciaram-se falhas nesse processo. Uma delas foi a dificuldade de se prestar atendimento de qualidade às pessoas com deficiência.

Diante disso, a Organização Pan-Americana de Saúde chegou a elaborar um documento denominado “Considerações sobre pessoas com deficiência durante o surto de Covid-19²”, que trouxe não apenas uma listagem de razões que justificavam considerações adicionais para pessoas com deficiência durante a Pandemia, como também sugeriam ações para a proteção no âmbito domiciliar, comunitário, institucional e governamental.

Percebemos, portanto, que, à época da apresentação deste Projeto de Lei, seu texto era irretocavelmente meritório e necessário. No entanto, desde o primeiro dia 2021, a Lei nº 13.979, de 2020, passou a ter validade parcial, apenas, porque, com o término do estado de calamidade pública no Brasil, que estava condicionado ao Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tinha efeitos somente até 31 de dezembro de 2020, a Lei nº 13.979, de 2020, também perderia a validade. Porém, para evitar que algumas medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, deixassem de valer, com prejuízo à Saúde Pública, decidiu-se, no âmbito da ADI 6625³, a manutenção da vigência dos arts. 3º a 3º-J da Lei.

Porém, com o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Covid-19⁴, acreditamos que devemos aproveitar a ideia da Autora do PL, mas de forma mais genérica e abrangente. No Substitutivo que oferecemos em anexo, sugerimos que, na vigência de emergências em saúde pública ou de estado de calamidade pública de âmbito nacional, as pessoas com deficiência recebam atendimento condigno e adequado às suas especificidades. Com isso, esperamos garantir que, se

2 https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52063/OPASBRACOV1920017_por.pdf?sequence=7#:~:text=%C3%89%20preciso%20tomar%20medidas%20para,o%20surto%20de%20COVID%2D19.&text=ambiente%20ou%20para%20se%20apoia,r%20informa%C3%A7%C3%B5es%20de%20sa%C3%BAde%20p%C3%BAblica.

3 <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI6.625MC4.pdf>

4 <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-913-de-22-de-abril-de-2022-394545491>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Benedita da Silva

houver outros eventos como este, as instituições já estejam devidamente preparadas para dar o devido suporte a essas pessoas.

Diante de todo exposto, o nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.563, de 2020, nos termos do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 04 de agosto de 2022.

Deputada BENEDITA DA SILVA
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Benedita da Silva

Apresentação: 05/08/2022 11:29 - CSSF
PRL 1 CSSF => PL 3563/2020

PRL n.1

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.563, DE 2020

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre o atendimento humanizado e acessível que deve ser disponibilizado para pessoas com deficiência nas ações para enfrentamento de emergências de saúde pública ou situações de estado de calamidade pública de âmbito nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 26-A:

“Art. 26-A. Nos casos de declarações de emergências de saúde pública ou reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional, devem-se utilizar todos os meios para reforçar as seguintes garantias às pessoas com deficiência:

I – uso de recursos apropriados para a remoção das possíveis barreiras nas comunicações e na informação;

II – tratamento humanizado e adequado, com o fornecimento, quando necessário, de equipamentos para a proteção da pessoa com deficiência e de seu acompanhante;

III - continuidade do tratamento de outras doenças e das atividades terapêuticas direcionadas para habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, ainda que de forma remota, quando a interrupção desses puder causar prejuízo irreversível à saúde do paciente;

IV – recebimento de visita em caso de internação hospitalar, respeitados os protocolos e as medidas sanitárias especificamente adotados para o evento de saúde que suscitou a situação de emergência ou de calamidade”.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputada Benedita da Silva

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 04 de agosto de 2022.

Deputada BENEDITA DA SILVA
Relatora

